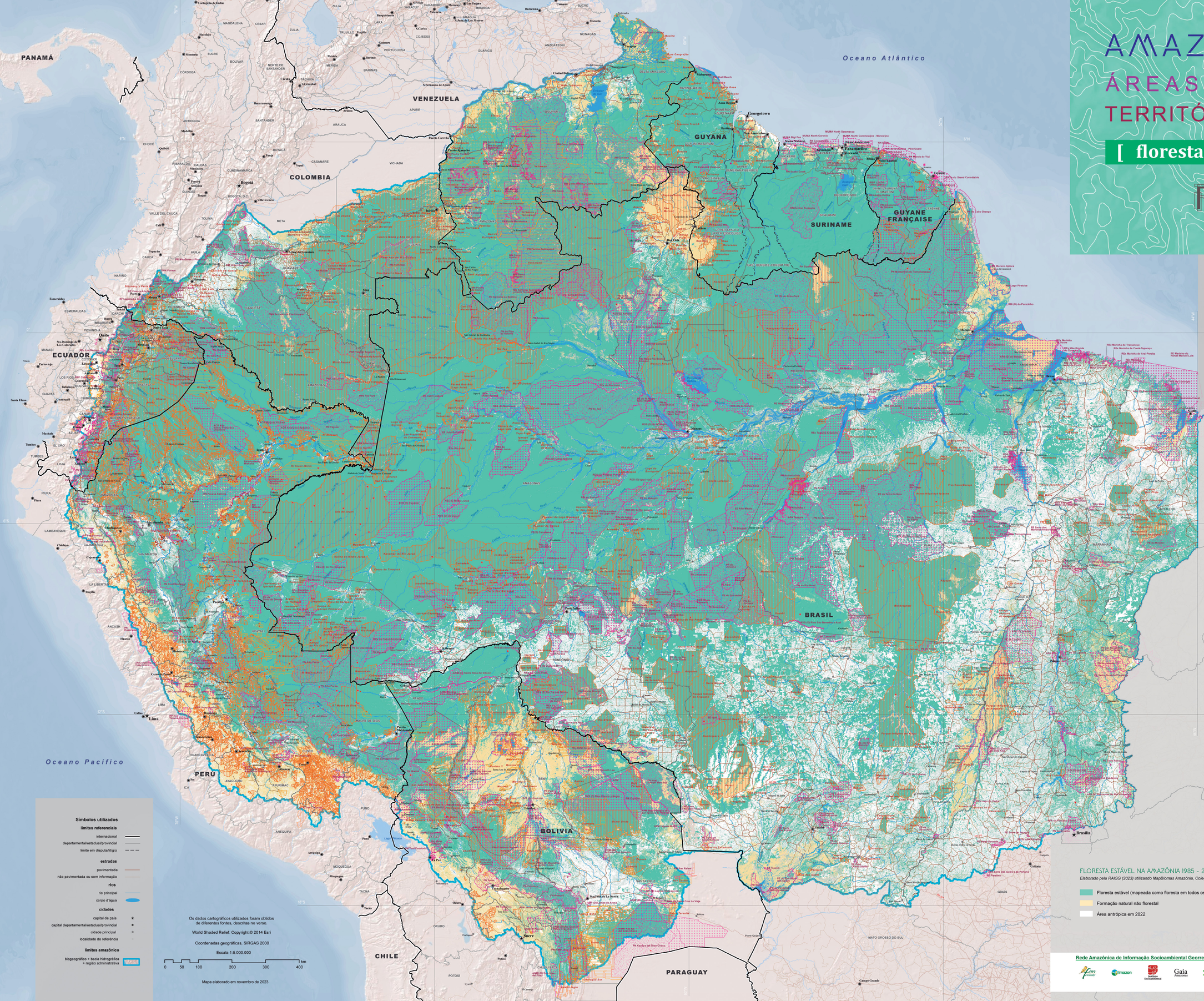
AMAZÔNIA 2023

ÁREAS PROTEGIDAS
TERRITÓRIOS INDÍGENAS

[floresta estável 1985-2022]

RAISG

www.raisg.org



Territórios Indígenas
territórios de ocupação e uso tradicional

com reconhecimento oficial

país	*categoria*
Bolívia	Território Indígena Originário Camponês (titulado)
Brasil	Terra Indígena (identificada, declarada ou homologada)
Colombia	Resguardo Indígena (decretado)
Ecuador	Terra Comunitária (titulada ou decretada)
	Povo Indígena (Pueblo)
	Zona Intangível
Guyana	Território Indígena (decretado)
G. Française	Zona de Direito Coletivo para Comunicades Locais
Perú	Comunidade Nativa (demarcada e titulada)
	Reserva Indígena/Reserva Territorial (criada) para povos isolados ou em contato inicial
	Comunidade Camponesa (titulada)
Suriname	*sem informação*
Venezuela	Terra Indígena (titulada)

com reconhecimento oficial solicitado

país	*categoria*
Bolívia	Território Indígena Originário Camponês (demandado)
Perú	Comunidade Nativa (solicitação em processo de titulação)
	Reserva Indígena (solicitada)
	Comunidade Camponesa (reconhecida, por titular)
Suriname	*sem informação*
Venezuela	Território Indígena de Uso Tradicional (autodemarcado)

sem reconhecimento oficial solicitado

país	*categoria*
Brasil	*não representadas neste mapa*
Ecuador	Terra Comunitária
Perú	Comunidade Nativa (identificada com pontos)
	Comunidade Camponesa (área de uso comum)
Suriname	*sem informação*
Venezuela	Território Indígena de Uso Tradicional

indígenas "em isolamento, não contatados ou em contato inicial"
avistamento ou indício de existência

Áreas Naturais Protegidas

uso de conservação
não se permite a extração de recursos naturais

sigla	*categoria* [1]	*país*
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico	Guyane Française
AEC	Area Ecológica de Conservação	Ecuador
AR	Área de Recreação	Colombia, Ecuador
APC	Area Protegida Comunitaria	Ecuador
EE	Estação Ecológica	Brasil
MN	Monumento Natural	Guyane Française, Venezuela, Brasil
PN/P/D/PE	Parque Nacional, Departamental ou Estadual	todos os países
RVS	Refugio de Vida Silvestre	Brasil, Ecuador
RB	Reserva Biológica	Bolivia, Brasil, Ecuador
REc	Reserva Ecológica	Brasil, Ecuador
RF	Reserva Florestal	Suriname
RPF	Reserva de Produção de Fauna	Ecuador
RN	Reserva Natural (Nacional ou Regional)	Colombia, Suriname, Guyane Française
SF	Santuário de Flora	Colombia
SFF	Santuário de Flora e Fauna	Colombia
SH	Santuário Histórico	Perú
SN	Santuário Nacional	Perú
SN	Sítio Natural	Guyane Française

uso sustentável
permitido o aproveitamento de recursos naturais

sigla	*categoria* [1]	*país*
ACEc	Área de Conservação e Importância Ecológica	Bolivia
ACR	Área de Conservação Regional	Perú
MUMA	Área de Manejo de Uso Múltiplo	Suriname
APA	Área de Proteção Ambiental	Bolivia, Brasil
APC	Área de Proteção de Bacias	Bolivia
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico	Brasil
AGMA	Área Guarani de Manejo da Agua	Bolivia
ANCM	Área Natural de Conservação e Manejo	Bolivia
ANMI	Área Natural de Manejo Integrado	Bolivia
ANMI/RD	ANMI e Reserva Departamental	Bolivia
APM	Área Protegida Municipal	Bolivia
BP	Floresta de Proteção	Perú
FN/FE	Floresta (Nacional ou Estadual)	Brasil
MN	Monumento Natural	Bolivia
PP	Paisagem Protegida	Bolivia
PDyANMI	Parque Departamental e ANMI	Bolivia
PN/P/R/PM	Parque Nacional, Regional ou Municipal	Bolivia, Guyane Française
PNyTI	Parque Nacional e Território Indígena	Bolivia
PNP	Patrimonio Natural Paisagístico	Bolivia
RBiF	Reserva Biológica de Floresta	Guyane Française
RCEA	Reserva Científica, Ecológica e Arqueológica	Bolivia
RC	Reserva Comunal	Perú
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Brasil
RBy TI	Reserva da Biosfera e Território Indígena	Bolivia
RVS	Reserva de Vida Silvestre	Bolivia
Rex	Reserva Extrativista	Brasil
RF	Reserva Florestal	Bolivia, Colombia
RFP	Reserva Florestal Protetora	Colombia
RN/RM	Reserva Nacional ou Municipal	Bolivia, Perú
RNFA	Reserva Nacional de Fauna Andina	Bolivia
RNSC	Reserva Natural da Sociedade Civil	Colombia
RP	Reserva Paisagística	Perú
SVS	Santuário de Vida Silvestre	Bolivia

uso sustentável/uso de conservação
areas com dupla afetação ou ainda por definir

sigla	*categoria*	*país*
BP	Floresta Protetora	Ecuador, Perú
PNyANMI	Parque Nacional e ANMI	Bolivia
ZR	Zona Reservada	Perú

FLORESTA ESTÁVEL NA AMAZÔNIA 1985 - 2022
Elaborado pela RAISG (2023) utilizando MapBiomas Amazônia, Coleção 5

- Floresta estável (mapeada como floresta em todos os anos)
- Formação natural não florestal
- Área antrópica em 2022

Observações:
1. Nos topônimos, as Áreas Protegidas estão marcadas com (D), (M) ou (R), conforme sejam Estaduais, Municipais ou Regionais, respectivamente. Não estão marcadas as áreas nacionais nem aquelas cuja informação está explícita na categoria.
2. Pela escala reduzida de apresentação, nem todas as áreas apresentam topônimo.
3. Fonte dos dados no verso.

Símbolos utilizados

limites referenciais
- internacional
- departamental/estadual/provincial
- limite em disputa/litígio

estradas
- pavimentada
- não pavimentada ou sem informação

rios
- rio principal
- corpo d'água

cidades
- capital de país
- capital departamental/estadual/provincial
- cidade principal
- localidade de referência

limites amazônico
- biogeográfico + bacia hidrográfica + região administrativa

Os dados cartográficos utilizados foram obtidos de diferentes fontes, descritas no verso.

World Shaded Relief. Copyright:© 2014 Esri

Coordenadas geográficas, SIRGAS 2000

Escala 1:5.000.000

0 50 100 200 300 400 km

Mapa elaborado em novembro de 2023

Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada

apoio a RAISG:

AMAZÔNIA 2023
ÁREAS PROTEGIDAS
TERRITÓRIOS INDÍGENAS

[floresta estável 1985-2022] atualiza as informações sobre essas categorias de proteção na região Amazônica e inclui, pela primeira vez, dados sobre as florestas que permaneceram estáveis entre 1985 e 2022. Com esta série de publicações, a Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas (RAISG) propõe uma visão abrangente da Amazônia em suas diferentes escalas. Nosso objetivo é garantir que as ANPs e os TIs, que hoje representam 49% da região amazônica, sejam reconhecidas como unidades territoriais relevantes para a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas amazônicos, florestados e não florestados.

Esta publicação é produto do trabalho articulado e contínuo de oito instituições da sociedade civil presentes nos países amazônicos. Como Rede trabalhamos numa agenda conjunta que envolve protocolos partilhados e descentralizados de gestão de informação[1] que nos permite realizar análises temáticas. É importante destacar que para desenvolver uma representação cartográfica equivalente entre os diferentes países, baseada em uma legenda comum, consideramos as particularidades de cada um deles. No caso das fronteiras internacionais, foram feitos ajustes a fim de obter uma base única e contínua, evitando lacunas e sobreposições. No caso das Áreas Naturais Protegidas, as informações foram classificadas segundo um atributo comum, o tipo de uso, enquanto os Territórios Indígenas foram classificados em relação à existência (ou não) de algum grau de reconhecimento oficial ou de demandas dos povos indígenas.

Desde 2008, uma das prioridades da RAISG é monitorar periodicamente o desmatamento do bioma Amazônia, pois este é um indicador essencial para saber a velocidade com que a paisagem está sendo transformada. Esta análise também preenche uma lacuna de informação na escala regional, uma vez que até então os dados de perdas florestais eram gerados de forma fragmentada em cada país.

Nota: Os nomes dos países estão escritos no seu idioma original em todas as versões do mapa.

[1] Esse protocolo foi atualizado em 2017 e inclui dados de cobertura vegetal e uso do solo gerados pelo MapBiomas Amazônia, iniciativa liderada pela RAISG com apoio inicial do MapBiomas Brasil e, posteriormente, da Rede MapBiomas.

FLORESTA NA AMAZÔNIA (1985-2022)

Em 1985, a Amazônia abrigava uma área florestal de aproximadamente 7 milhões de km², o que representa 82% de sua área total (8.470.209 km²) segundo os limites definidos com base em critérios biogeográficos, hidrológicos (bacias), político-administrativos e oficiais adotados pela RAISG. Essas florestas incluem quatro tipos de cobertura com base na coleção 5 do MapBiomas Amazônia: formação florestal (floresta densa), mangue (floresta de mangue), floresta alagável e floresta aberta.

Nesse mesmo ano, a floresta amazônica estava distribuída 63,2% no Brasil, 10,4% no Perú, 6,7% na Bolivia, 6,5% na Colombia, 5,7% na Venezuela e os 7,4% restantes distribuídos entre o Ecuador (1,5%), Guyana (2,7%), Suriname (2%) e Guyane Française (1,2%).

Trinta e oito anos depois, em 2022, vemos que a Amazônia perdeu uma área de quase 800 mil quilômetros quadrados de floresta, o que equivale ao dobro da área do Paraguai, e representa pouco mais de 11% da área florestal existente no país em 1985.

Entre 1985 e 2022, a maior remoção de área florestal ocorreu fora dos Territórios Indígenas e Áreas Naturais Protegidas, com 93% de perda total (aproximadamente 743 mil km²). Os TIs, com uma extensão maior na região que as ANPs, respondem por 4,3% da perda florestal, enquanto as ANPs respondem por 3%. Da mesma forma, proporcionalmente, a perda dessas formações florestais é um pouco maior nos TIs do que nas ANPs.

Na perspectiva da conservação florestal, até 2022 os TIs abrigavam 34% de sua cobertura total, enquanto as ANPs preservavam 28%. Consideradas em conjunto (apresentam sobreposição de 6%), os TIs e as ANPs ofereceram condições especiais de proteção a 56% dos ecossistemas florestais da região. Fora dessas unidades de manejo estavam 44% das florestas.

Como se mencionou, a perda de florestas entre 1985 e 2022 foi de 11,4%, e a mesma se concentrou 9,6% no Brasil (671.597 km²), 0,8% na Bolivia (55.923 km²) seguido por Perú e Colombia, com 0,4% (aproximadamente 28 mil km²). Isto significa que a perda florestal é mais ativa na Bolivia do que no Perú, se considerarmos que a área florestal no Perú é maior que a da Bolivia.

Além disso, se for feita referência à extensão florestal em 1985 por país, a perda no Brasil e na Bolivia supera o valor regional, com 15 e 12%, respectivamente. Em seguida aparece a Colombia, com 6% e o Ecuador com 5,5%. Nos restantes países, apenas a Venezuela supera o 1% de perda de sua floresta existente em 1985. Nos primeiros quatro países a remoção da cobertura florestal ocorreu de forma mais intensa durante estes 38 anos. (figuras 2, 3)

Seguindo a tendência da região, a maior parte da perda florestal em cada país amazônico, no período de interesse, ocorreu fora dos TIs e ANPs. No entanto, alguns sofreram um impacto significativo nos seus TIs e ANPs, como foi o caso da Venezuela, com 45% de desmatamento dentro dessas unidades, seguida pelo Ecuador com 34%, Guyane Française com 27%, Perú com 24% e Bolivia com 23%.

FLORESTA ESTÁVEL entre 1985 e 2022

Apesar das diversas pesquisas que revelam a necessidade premente de reforçar ações de preservação das florestas tropicais (devido às suas múltiplas funções ambientais, abrigando uma grande diversidade biológica, preservando os ciclos naturais e a estabilidade climática) o contexto continua adverso. Em 2020, o Atlas "Amazônia sob Pressão 2020", publicado pela RAISG, apresentou o panorama da grave situação que a região amazônica e seus povos indígenas enfrentam. Esta publicação destacou como, na última década, as pressões e ameaças à Amazônia aumentaram a um ritmo alarmante; os megaprojetos rodoviários e hidroelétricos, a promoção das indústrias extrativas, a expansão das áreas agrícolas e o desenvolvimento de atividades ilegais têm sido alguns dos fatores desencadeantes.

Neste contexto, a informação desta nova análise mostra como entre 1985 e 2022, as áreas florestais que se mantêm estáveis, ou seja, que não sofreram processos de intervenção marcados, cobrem uma área próxima dos 6 milhões de quilômetros quadrados e representam 69% da toda a região. Ou seja, da área florestal estimada para 2022 (6,2 milhões de km²), 95% corresponde a florestas que se mantiveram estáveis na Amazônia, enquanto 5% está relacionado a novas áreas florestadas em relação a 1985 que podem incluir áreas recuperadas, matas secundárias ou plantações florestais.

Felizmente, a maior proporção destas florestas estáveis (58%) encontra-se em Territórios Indígenas e em Áreas Naturais Protegidas, com uma área de mais de 3,3 milhões de quilômetros quadrados. Como já mencionado, a maior transformação ou perda florestal (93%) ocorreu fora destes tipos de uso territorial ou categorias de gestão. Contudo, vale destacar que parte desses territórios indígenas estão sob pedido de reconhecimento, ou seja, ainda não são oficialmente reconhecidos.

Considerando que 42% das florestas estáveis não estão sob nenhuma categoria de proteção ou não fazem parte de terras indígenas, a suscetibilidade à perda florestal neste tipo de áreas é maior do que nos TIs e nas ANPs, como demonstram 38 anos de análise. Portanto, é urgente tomar medidas para a sua conservação dado o possível impacto que a sua perda poderia representar para a estabilidade climática e a preservação da diversidade biológica. Por outro lado, também está claro qual tem sido o papel dos povos indígenas e das áreas naturais protegidas na preservação destas florestas tropicais, uma vez que nestas áreas a remoção da floresta tem sido significativamente menor. (figura 4)

Esses resultados apenas confirmam a gestão dos povos indígenas e como eles contribuem para a conservação das paisagens amazônicas. Aliás, vários autores, incluindo *Fa et al.* (2021)[2] indicaram que o reconhecimento dos direitos indígenas, especialmente os direitos territoriais, são cruciais para conservar os sumidouros de carbono, bem como para nos protegermos contra o aquecimento global e outros efeitos das mudanças climáticas. Este papel é complementado, com resultados semelhantes de sucesso, por ANPs que, em grande medida, se sobrepõem aos TIs.

Nos países da região amazônica, mais de 50% da extensão de florestas que se mantiveram estáveis desde 1985 estão dentro das TIs ou das ANPs, exceto no caso da Guyana onde mais de 75% estão fora deste tipo de unidades de proteção. Para o Suriname não podemos afirmar isso porque não foram disponibilizadas informações sobre territórios indígenas.

Em escala nacional, os TIs e ANPs funcionam como estratégias de conservação das florestas amazônicas, enquanto aquelas externas a essas unidades de manejo correm um risco significativo de serem eliminadas e, assim, afetarem não apenas a diversidade biológica, mas também a estabilidade climática, os serviços ambientais, entre outros benefícios que a Amazônia oferece. (figura 5)

[2] https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/fee.2148

figura 1. Cobertura florestal total na Amazônia em 2022

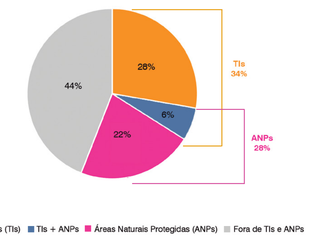


figura 2. Porcentagem de perda de floresta em 2022, por país

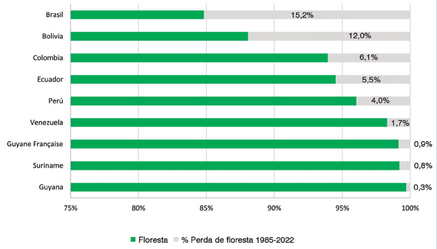


figura 3. Perda de cobertura florestal em TIs e ANPs 1985-2022, por país

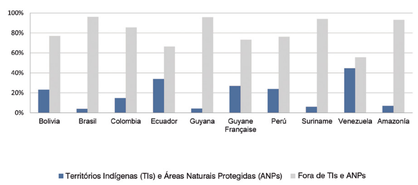


figura 4. Distribuição da floresta estável entre 1985-2022, na Amazônia

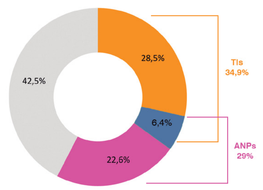
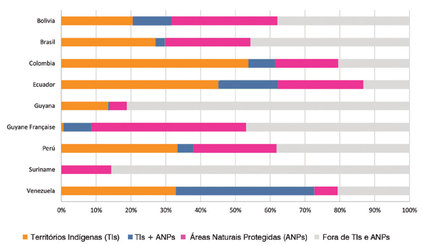


figura 5. Floresta estável entre 1985-2022, por país, na Amazônia



FONTES

BOLIVIA: FAN – Estradas: Administradora Boliviana de Carreteras (ABC), 2020 • Centros povoados e população: Instituto Nacional de Estadísticas (INE), 2013 • Limites políticos: Ajustados por FAN com base no Instituto Geográfico Militar (IGM). 2022 • Território Indígena Originário Campesino: Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA), 2018 • Áreas Naturais Protegidas nacionais: Servicio Nacional de Áreas Protegidas (SERNAP), 2018 • Áreas Naturais Protegidas estaduais e municipais: Servicio Nacional de Áreas Protegida (SERNAP), 2015; Ministerio de Medio Ambiente y Agua (2012, 2022); Conservación Internacional, 2023; Gobierno Autónomo Departamental de Santa Cruz (2013, 2015, 2021); Gobiernos Autónomos Municipales de La Paz (2013), Charagua (2019) • População indígena: elaborado por FAN com base na Fundación Tierra, 2011 e INE, 2013 (Censo 2012) • Índios Isolados: elaborado com bases em CEJIS,2021.

BRASIL: ISA e Imazon – Rios, cidades principais y limites políticos: base digital IBGE, 2006 • Estradas: elaborado por ISA com base em órgãos estaduais, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT, 2017) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) • Territórios Indígenas e Áreas Naturais Protegidas: digitalizados pelo ISA, 2023, a partir dos documentos oficiais, sobre a base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (DSG), 1:100.000 • Limites da Amazônia Legal brasileira, conforme Lei 5.173/66 e limite biogeográfico correspondente ao Bioma Amazônia do Mapa de Biomas Brasileiros, IBGE, 2019 • População: IBGE, 2023 • População Indígena: estimativa feita pelo ISA, 2022 (população em Territórios Indígenas e núcleos urbanos próximos) com base em diferentes fontes • Indígenas Isolados, FUNAI, 2017, adaptado por ISA, 2022.

COLOMBIA: FGA – • Limites políticos: Cartografia digital a escala 1:100.000 del Instituto Geográfico Agustín Codazzi IGAC (2021); Marco Geoestadístico Nacional -DANE- (2018); FGA (2022) • População: Censo Nacional de Población -DANE- (2018) • Estradas: Cartografia digital a escala 1:100.000 del Instituto Geográfico Agustín Codazzi IGAC (2020); adaptado FGA (2021) • Resguardos Indígenas: Agencia Nacional de Tierras -ANT- (2023) • Áreas Naturais Protegidas: Parques Nacionales Naturales (2023) • Limite Biogeográfico da Amazônia: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas -SINCHI- (2008); adaptado FGA (2017) • Limite RAISG: FGA (2020) • Cidades: Instituto Geográfico Agustín Codazzi - IGAC- (2021) • Índios Isolados - Cartografia Digital IGAC (2008); FGA (2010).

ECUADOR: EcoCiencia – Estradas, rios, cidades principais: Instituto Geográfico Militar (IGM) • Áreas protegidas e Bosques Proteores: MAATE, 2023; • Territórios Indígenas: EcoCiencia, 2023; Proyecto Acceso a Tierras y Legalización Masiva 2017; MAATE, 2014; Gobierno Autónomo Descentralizado de Sucumbíos, 2020; CODENPE, 2012; ECOLEX, 2011; Subsecretaría de Tierras, 2011; Fundación Arcoiris, 2010; R. Sierra, 2008; INDA, s.f. • Limites Políticos e Limite Político Administrativo Amazônico: CONALI, 2021 • Limite RAISG: EcoCiencia 2017 , proposta baseada no divisor de águas da SENAGUA (2014) e CONALI (2021) • População: INEC, 2023 • Povos indígenas em situação de isolamento e contato inicial (PIACI) - informação referencial compilada pelo Instituto do Bem Comum, a partir de fontes secundárias, 2021.

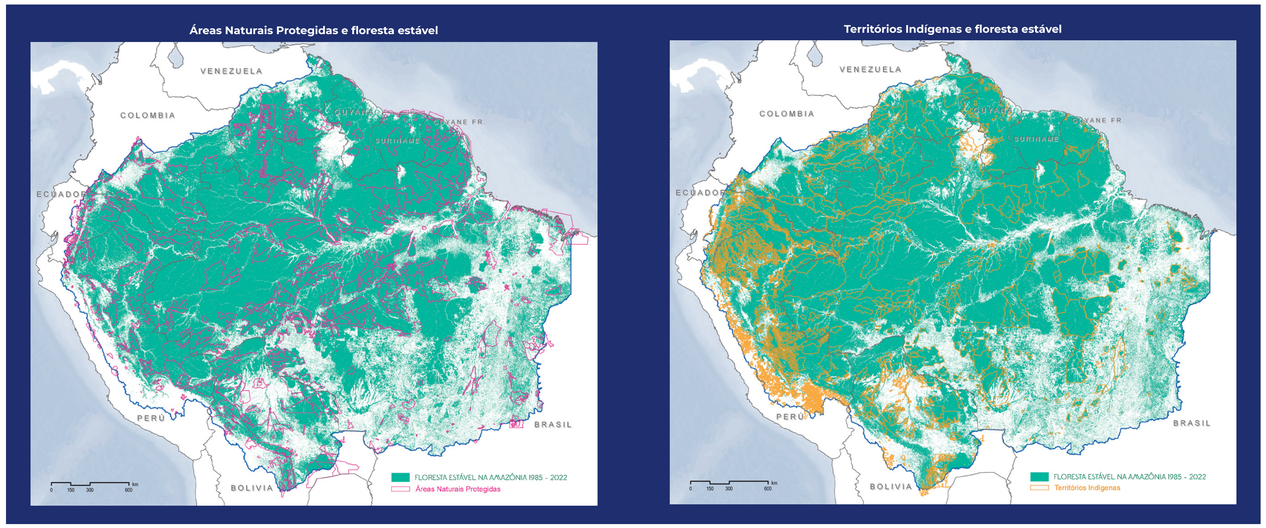
GUYANE FRANÇAISE: DEAL – Estradas, rios, cidades principais, limites políticos, Áreas protegidas e Áreas de direito coletivo das comunidades locais: DEAL, 2007.

GUYANA: colaboração de Roxroy K. Bollers, coordenador de SIG/TI do Iwokarama International Centre for Rain Forest Conservation and Development – Rios, estradas, centros povoados, limites políticos: DCW • Áreas Protegidas: Iwokarama, 2012 • Territórios Indígenas: Indigenous Affair/Gobierno da Guyana, 2009.

PERÚ: IBC – Rios: Instituto Geográfico Nacional (IGN) digitalizada por MINEDU • Estradas: Ministerio de Transportes y Comunicaciones (MTC), 2021 • Limites políticos referenciais: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI), 2022 • Limite da bacia hidrográfica amazônica: Autoridad Nacional del Agua (ANA), 2021 • Comunidades nativas georreferenciadas em campo: IBC-SICNA, 2023 • Comunidades camponesas georreferenciada em gabinete: IBC-CEPES/SICCAM, 2023 • Reservas indígenas e reservas territoriais (criadas e propostas): Ministerio de Cultura (MINCU), 2023 • Áreas Naturais Protegidas: Ministerio del Ambiente (MINAM) - Servicio Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SERNANP), 2023 • População: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI), 2017 (Censos Nacionales 2017 - XII de Población y VII de Vivienda) • Povos indígenas em situação de isolamento e contato inicial (PIACI) - informação referencial compilada pelo Instituto do Bem Comum, a partir de fontes secundárias, 2021.

SURINAME: ACT Suriname – Rios, estradas, centros povoados, limites políticos: DCW; Áreas Protegidas: World Database Protected Areas (WDPA), 2006.

VENEZUELA: IVIC e Provita – rios, estradas, centros povoados, limites políticos: digitalizados a partir do Mapa Político de la República Bolivariana de Venezuela, Instituto Geográfico de Venezuela Simón Bolívar, 2003; Mapa de Transporte del Estado, 2015; Basemap ESRI, 2017, 2018, 2019; Bing Aerial, 2017, 2018, 2019; Google earth, 2017, 2018, 2019; Google Maps, 2023; Open Street Map, 2017, 2018, 2019, 2023 • Áreas Naturais Protegidas: Rodríguez, J.P., Zambrano-Martínez, S., Lazo, R., Oliveira-Miranda, M.A. (eds.), 2014, Representación Digital de las Áreas Naturales Protegidas de Venezuela, IVIC y Total Venezuela S.A.; Provita, 2023, digitalizado com base na revisão dos decretos de criação dos diários oficiais; Planificación y Ordenación Ambiental (POA), 2015, Base de datos de las Área Bajo Régimen de Administración Especial (ABRAE) • Territórios Indígenas: Ministerio del Poder Popular para la Salud (mapa), 2007; Secretaría Técnica de la Comisión Nacional de Demarcación del Hábitat y Tierra de los Pueblos y Comunidades Indígenas, Ministerio del Poder Popular para el Ambiente (2014), Mapa Tierras Indígenas; Fundación Wataniba (2022), datos sobre territorios autodemarcados del pueblo Uwottuja-Piaroa (OIPUS), Yanomami (HOY), Ye'kwana (Kuyujani) • Limite da Amazônia: biogeográfico considerando H.D., Eva y H., Otto (eds.) 2005. Una Propuesta para la Definición de los Límites Geográficos de la Amazonia. Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, Luxemburgo. 38 pp., correspondente aos estados do Amazonas, Bolívar e Delta Amacuro • População: INE, 2011 (Censo Nacional de Población y Vivienda 2011, Wataniba: Proyección al 2020) • Limites Políticos: digitalizados a partir do Mapa Político de la República Bolivariana de Venezuela, Instituto Geográfico de Venezuela Simón Bolívar, escala 1:2.500.000, 2001. Ajustado com base em Convênios Limítrofes entre Colombia e Venezuela • Índios Isolados - obtido a partir de Freire, G. y Tillet, A. (eds.), 2007.



Amazônia e população humana

	Bolivia		Brasil		Colombia		Ecuador		Guyana		Guyane Française		Perú		Suriname		Venezuela		total Amazônia	
População total (nº hab.)	11.633.371		203.062.512		49.237.510		16.938.986		804.567		301.000		31.237.385		612.985		33.728.624		347.556.940	
População amazônica (nº hab.)	8.276.645	71,1%	29.062.426	14,3%	1.192.488	2,4%	928.251	5,5%	804.567	100,0%	301.000	100,0%	4.076.404	13,0%	612.985	100,0%	2.417.354	7,2%	47.672.120	13,7%
Área total do país (km²)	1.098.581		8.514.876		1.141.947		257.733		211.015		84.214		1.285.215		146.488		916.445		13.656.514	
Área amazônica do país SIG (km²)	714.834		5.238.589		505.706		132.292		211.015		84.214		966.190		146.488		470.219		8.469.547	62,0%
% da Pan-amazóniaa no país SIG	8,4%		61,9%		6,0%		1,6%		2,5%		1,0%		11,4%		1,7%		5,6%		100,0%	

Cômputo das Áreas Protegidas Naturais e Territórios Indígenas na Amazônia[(2)]

A data da atualização da informação sobre Áreas Protegidas e Territórios Indígenas é 31/05/2023

Áreas Protegidas Naturais na Amazônia (Km²) *descontada a superposição com outra categoria mais restritiva[(3)(4)]

	Bolivia		Brasil		Colombia		Ecuador[(4)]		Guyana		Guyane Française		Perú		Suriname		Venezuela		total Amazônia	
	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país
USO DE CONSERVAÇÃO Proteção da biodiversidade, paisagem geológica e cênica (caráter estético) compatível com turismo, educação e pesquisa. Não é permitida a permanência de populações tradicionais exceto na Bolivia (PN), Guyane Française (PN), Ecuador (PN), Brasil (MN) e Venezuela (PN e MN).																				
Nacional	48.780	6,8%	340.298	6,5%	110.972	21,9%	34.903	26,4%	6.668	3,2%	19.341	23,0%	103.649	10,7%	20.401	13,9%	198.004	42,1%	883.017	10,4%
Estadual/Municipal			136.392	2,6%	1.217	0,2%	1.160	0,9%											138.769	1,6%
total	**48.780**	**6,8%**	**476.690**	**9,1%**	**112.189**	**22,2%**	**36.063**	**27,3%**	**6.668**	**3,2%**	**19.341**	**23,0%**	**103.649**	**10,7%**	**20.401**	**13,9%**	**198.004**	**42,1%**	**1.021.786**	**12,1%**
USO SUSTENTÁVEL Proteção de recursos compatível com uso controlado segundo planos de utilização.																				
Nacional	48.690	6,8%	341.886	6,3%	1.094	0,2%					15.419	18,3%	62.729	6,5%	5.648	3,9%			465.466	5,5%
Estadual/Municipal	133.236	18,6%	476.952	9,1%	47	0,0%							34.061	3,5%					644.296	7,6%
total	**181.926**	**25,5%**	**808.838**	**15,4%**	**1.141**	**0,2%**					**15.419**	**18,3%**	**96.790**	**10,0%**	**5.648**	**3,9%**			**1.109.762**	**13,1%**
USO SUSTENTÁVEL/USO DE CONSERVAÇÃO Áreas con dupla afetação ou ainda por definir.																				
Nacional	3.258	0,5%					17.290	13,1%	3.734	1,8%			6.891	0,7%					31.173	0,4%
Estadual/Municipal																				
total	**3.258**	**0,5%**					**17.290**	**13,1%**	**3.734**	**1,8%**			**6.891**	**0,7%**					**31.173**	**0,4%**
total por Amazônia/país	**233.963**	**32,7%**	**1.285.528**	**24,5%**	**113.330**	**22,4%**	**53.353**	**40,3%**	**10.402**	**4,9%**	**34.760**	**41,3%**	**207.330**	**21,5%**	**26.049**	**17,8%**	**198.004**	**42,1%**	**2.162.720**	**25,5%**

Territórios Indígenas na Amazônia (km²)[(3)]

	Bolivia		Brasil		Colombia		Ecuador		Guyana		Guyane Française		Perú		Suriname		Venezuela		total Amazonia	
	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país	área	% em relação à Amazônia do país
TI com reconhecimento oficial	123.301	17,2%	1.161.224	22,2%	272.751	53,9%	65.748	49,7%	31.784	15,1%	7.154	8,5%	303.258	31,4%	s.i		11.834	2,5%	1.977.055	23,3%
TI com reconhecimento solicitado	65.829	9,2%											51.611	5,3%	s.i		140.402	29,9%	257.842	3,0%
TI sem solicitação de reconhecimento							7.224	5,5%					31	0,0%	s.i		174.966	37,2%	182.221	2,2%
total por Amazônia/país	**189.130**	**26,5%**	**1.161.224**	**22,2%**	**272.751**	**53,9%**	**72.972**	**55,2%**	**31.784**	**15,1%**	**7.154**	**8,5%**	**354.900**	**36,7%**	**s.i**		**327.202**	**69,6%**	**2.417.117**	**28,5%**

Áreas Protegidas Naturales e Territórios Indígenas na Amazônia (km²) - TABELA RESUMO

	Bolivia		Brasil		Colombia		Ecuador		Guyana		Guyane Française		Perú		Suriname		Venezuela		total Amazonia	
	área	% da Amazônia	área	% da Amazônia	área	% da Amazônia	área	% da Amazônia	área	% da Amazônia	área	% da Amazônia	área	% da Amazônia	área	% da Amazônia	área	% da Amazônia	área	% da Amazônia
Áreas Protegidas Naturais	233.963	32,7%	1.285.528	24,5%	113.330	22,4%	53.353	40,3%	10.402	4,9%	34.760	41,3%	207.330	21,5%	26.049	17,8%	198.004	42,1%	2.162,720	25,5%
Territórios Indígenas	189.130	26,5%	1.161.224	22,2%	272.751	53,9%	72.972	55,2%	31.784	15,1%	7.154	8,5%	354.900	36,7%	s.i		327.202	69,6%	2.417.117	28,5%
Superposição de PNA com TI	57.974	8,1%	103.923	2,0%	32.733	6,5%	24.022	18,2%	1.015	0,5%	6.653	7,9%	31.613	3,3%	s.i		170.919	36,3%	428.852	5,1%
Área protegida (PNA ou TI) descontada a sobreposição	365.119	51,1%	2.342.829	44,7%	353.348	69,9%	102.304	77,3%	41.171	19,5%	35.262	41,9%	530.617	54,9%	26.049	17,8%	354.287	75,3%	4.150.985	49,0%

NOTAS:

[1] Área calculada por SIG (Sistema de Informação Geográfica), usando os limites referenciais ajustados entre os países. Cálculo em projeção Sinusoidal MC-60.

[2] A extensão total da Amazônia refere-se ao limite biogeográfico na Colombia e Venezuela; ao limite da bacia amazônica no Perú, Bolivia, Ecuador; ao limite regional (Amazônia Legal) e da bacia amazônica no Brasil; e à totalidade dos países Guyana, Guyane Française e Suriname. A extensão das NPAs e TIs que se encontram parcialmente na Amazônia foram calculadas excluindo-se zonas que não fazem parte da Amazônia e para as áreas costeiras considerou-se a extensão continental, e não as marinhas.

[3] O cálculo da área exclui a superposição entre categorias, obedecendo-se a seguinte ordem hierárquica: nacionais uso indireto; departamentais uso indireto; nacionais uso directo/indirecto; nacionales uso directo; departamentais uso direto; uso transitório. A sobreposição com Territórios Indígenas não foi excluída nesta parte da tabela.

[4] Os Bosques Protetores computados como PNA de uso direto/indireto, não fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Ecuador (SNAP) e do Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (Sinanpe).

[5] O cálculo da área nesta parte da tabela não exclui a sobreposição com áreas protegidas.

RAISG

A REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA é um espaço de intercâmbio e articulação de informação socioambiental georreferenciada a serviço de processos que vinculam positivamente os direitos coletivos com a valorização e a sustentabilidade da diversidade socioambiental na região amazônica.

RAISG gera e difunde conhecimentos, dados estatísticos e informações socioambientais geoespaciais, visando contribuir para que a Amazônia seja melhor conhecida, valorizada e cuidada.

www.raisg.org

Apoio à RAISG: